

A FUNDAÇÃO VITAE E SEU LEGADO PARA A CULTURA BRASILEIRA PARTE I: FONTES CONCEITUAIS, LINHAS DIRETIVAS, PROGRAMAS PRÓPRIOS E LEGADO

Gabriela Sandes Borges de Almeida¹

José Luiz Herencia²

RESUMO: O projeto “A Fundação Vitae e seu legado para a Cultura brasileira” se refere a uma ampla e inédita pesquisa sobre a história e as realizações da instituição, que atuou no Brasil de 1985 a 2005, tendo como um dos principais focos o fomento às Artes e à Cultura, por meio do financiamento a programas, projetos e bolsas de trabalho e de pesquisa. O objetivo desse artigo é apresentar a primeira parte desta investigação, desenvolvida pelo Instituto Século 21, na qual são abordadas as especificidades da sua atuação e do seu legado no campo cultural brasileiro. A metodologia utilizada foi a de coleta e análise de dados e informações em fontes primárias e secundárias, tais como relatórios e balanços institucionais e reportagens publicadas na imprensa. A pesquisa terá mais duas etapas, com conclusão e publicação previstas para meados de 2013.

PALAVRAS-CHAVE: Fundação Vitae, financiamento da Cultura, artes, patrimônio.

A Fundação Vitae, uma associação civil sem fins lucrativos surgida no país em meados dos anos 1980, foi uma das três entidades criadas a partir da venda de empresas do conglomerado alemão *Hochschild*, dedicado à atividade mineradora, com atuação na Europa, desde o século XIX, e na América do Sul, ao longo do século XX. O fundo gerado pela liquidação das empresas gerou, a princípio, a Fundação Lampadia, instituição filantrópica com sede no Principado de Liechtenstein (ou Listenstaine, em inglês, forma oficialmente utilizada pela União Europeia), em 1985. No mesmo ano, pela intensa ligação do grupo com a América do Sul, foram criadas as Fundação Vitae, no Brasil, a *Fundación Antorchas*, na

¹ Consultora de Políticas Culturais do Instituto Século 21, doutoranda em Comunicação e Semiótica (PUC/SP) e mestra em Bens Culturais e Projetos Sociais (FGV/RJ). Foi gestora de projetos culturais na Gerência de Patrocínios da Petrobras de 2003 a 2012. E-mail: gabrielasandes33@gmail.com.

² Diretor-Presidente do Instituto Século 21. Foi Secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura e Coordenador de Fomento e Difusão da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. Atualmente é Assessor Especial da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. E-mail: herenciacultura@gmail.com.

Argentina, e a *Fundación Andes*, no Chile, tendo a Lampadía como mantenedora das suas atividades, voltadas para o financiamento de iniciativas em três áreas:

- a cultural – patrimônio cultural e criação e pesquisa nas Artes;
- a educacional – educação técnica de nível médio e museus e centros de ciências; e
- a social – assistência a crianças e adolescentes e integração social do portador de deficiência³.

Com objetivos institucionais semelhantes, “contribuir para a melhora da qualidade de vida na comunidade” (VITAE, 2001), o investimento total nos três países, ao longo de duas décadas, foi de cerca de US\$ 350 milhões. A prioridade, segundo relatórios institucionais, era dada a projetos com função catalisadora, que pudessem servir de modelo a outras organizações, tivessem efeito multiplicador e perspectivas concretas de continuidade, uma vez cessado o apoio da Fundação.

A pesquisa “A Fundação Vitae e seu legado para a Cultura brasileira” visa a reunir, sistematizar e analisar criticamente dados e informações sobre a entidade no Brasil, ao longo de 20 anos de atuação ímpar e precursora, que hoje se encontram dispersos em diferentes dispositivos de registro (impressos, eletrônicos e digitais), bibliotecas, arquivos de ex-dirigentes da Vitae e de instituições parceiras à época, no Brasil e no exterior, e na memória de vários agentes culturais que fizeram e fazem parte do circuito artístico-cultural brasileiro.

Contexto

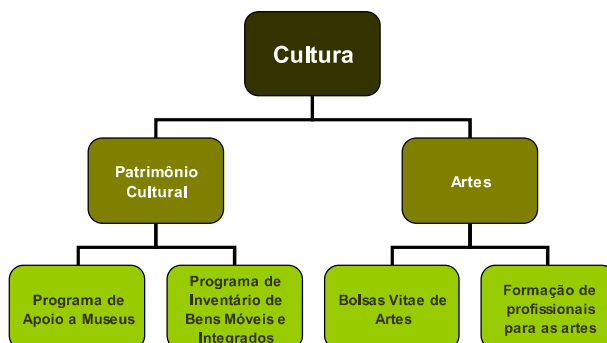
O surgimento da Fundação Vitae no país coincide com a criação do Ministério da Cultura, em 1985. Antes vinculado ao Ministério da Educação, na condição de Secretaria de Cultura, cuja estrutura englobava a Secretaria de Assuntos Culturais e a área de patrimônio, o alçamento da instituição à condição de ministério não significou, no entanto, o esperado fortalecimento do setor. Dentre os principais motivos, destacam-se os fatos de: 1. os recursos haverem permanecido “majoritariamente com a Educação, compondo um quadro de um futuro pouco promissor para a cultura” (CALABRE, 2005); 2. não ter sido previamente desenvolvido um novo desenho “do papel dos órgãos de cultura vinculados às diversas esferas

³ Ou de necessidades especiais, na terminologia atual.

da administração pública (municipal, estadual e federal)” (BOTELHO, 2001); e nem ter sido estabelecida uma nova política pública, a partir do novo ministério.

E ante uma dinâmica de “contínua retração dos investimentos públicos na área”, a resposta do governo foi a criação, em 1986, de uma lei de incentivo à Cultura, que funcionaria por meio da renúncia fiscal, concedida a quem patrocinasse projetos na área. Batizada como Lei Sarney, foi criada com o intuito de buscar novas fontes de recursos para as atividades do setor.

O cenário encontrado pela Vitae era, portanto, de fragilidade institucional, financeira e conceitual, no que tange a diretrizes e programas públicos para o setor. Destaca-se, nesse contexto, não apenas por promover o financiamento de programas, projetos e bolsas de trabalho e de pesquisa com recursos próprios (e não incentivados), mas também por apresentar um escopo claro de linhas e ações diretivas, ao contrário do órgão máximo do setor na administração pública do país. Esse escopo era composto por dois focos claros de financiamento, como ilustrado no quadro abaixo:



No caso do foco em Patrimônio Cultural, considerado o mais importante pela instituição, o objetivo era fornecer “apoio sistemático e contínuo” a projetos de instituições como museus, bibliotecas, arquivos e centros de documentação e pesquisa. E no das Artes, era voltado para atividades de criação, pesquisa e formação em artes visuais, cinema, dança, fotografia, literatura, música, teatro e vídeo.

A origem desse arcabouço conceitual de atuação da Vitae ainda está sendo investigada, a partir de três hipóteses: a primeira propõe como fonte de inspiração a herança direta das práticas culturais na Alemanha, país de origem das empresas do *holding* e da Lampadia. Naquele país, segundo Ana Carla Fonseca Reis, as primeiras fundações surgiram em meados do século XX, com atuação nos “mais diversos setores ligados à comunidade,

como educação, saúde, pesquisa em diversas áreas e meio ambiente” (FONSECA, 2006). Desde então, o papel dessa modalidade institucional adquiriu uma “força [que] não apresenta paralelo em nenhum outro país europeu”. A autora também menciona o estudo *The role of foundations in support of the arts in Germany*, no qual os pesquisadores Virginia Glasmacher e Rupert Strachwitz apontaram a existência, em pesquisa publicada em 1996⁴, de 1.067 fundações na Alemanha que se dedicavam, entre outros setores, ao cultural. Destas, as oito principais instituições desenvolviam ações conjuntas voltadas para a “cultura”, a “educação”, a “pesquisa” e o “bem-estar” (social), exatamente os focos da Vitae, da Antorcha e da Andes na América do Sul.

A segunda hipótese é de que a base conceitual do programa, em especial o relativo ao campo patrimonial, tenha sido desenvolvida a partir do diálogo com autoridades e gestores culturais brasileiros, que ofereceram à instituição um mapeamento das principais demandas do setor no país. É notório que as discussões sobre patrimônio cultural e artístico entre pensadores brasileiros remontam aos anos 1920, tendo intelectuais modernistas como Mario de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Gustavo Capanema como personagens centrais das formulações para o setor. Segundo Lucia Lippi Oliveira, foi a partir desse período que a idéia de defender os monumentos históricos na Brasil começou a ganhar visibilidade, em especial a partir das viagens realizadas por esses pensadores a Minas Gerais, que “começaram a ganhar *status* de experiência de conversão à brasilidade, de redescoberta do Brasil”. (OLIVEIRA, 2008). Essas “viagens ao passado”, prossegue, significaram o encontro “de uma herança até então abandonada e decadente, [e] tiveram efeito de produzir uma nova consciência: a da necessidade de salvar os vestígios do passado”. A partir daí, fez-se cada vez mais presente o discurso sobre a necessidade de proteção dos monumentos, o que José Reginaldo dos Santos Gonçalves chamou da “retórica da perda”. Frente a este contexto, é reforçada a hipótese de que o cenário brasileiro das reflexões sobre o setor, pelo menos de um dos discursos a esse respeito, pode ter sido a fonte de onde a Fundação Vitae bebeu para desenhar seu plano de atuação no país.

A terceira hipótese, e talvez a mais provável, é de que os dois movimentos foram realizados, de forma concomitante, resultando em determinações a partir da soma de experiências, debates e acordos mútuos.

⁴ Em MARTORELLA, Rosane. *Art and Business: An International Perspective on Sponsorship*. Praeger, 1996.

As três conjecturas serão testadas, ao longo da pesquisa, tendo como base os depoimentos a ser coletados nas fases seguintes e a confrontação de dados e características dos programas das fundações-irmãs da Vitae na América do Sul, Antorchas e Andes.

Programas próprios

No campo do Patrimônio Cultural, a Fundação desenvolveu dois programas próprios, nos quais os projetos selecionados para financiamento se encaixavam. O mais importante deles, segundo a própria Vitae, era o “Programa de Apoio a Museus”, cuja primeira edição foi em 2004, e que contemplava projetos “de fortalecimento da infra-estrutura dos museus”, com vistas ao aperfeiçoamento, à ampliação e/ou à diversificação das suas atividades, em uma perspectiva de planejamento de longo prazo. A outra iniciativa na área era mais antiga, o “Programa de Inventário de Bens Móveis e Integrados”, que teve início em 1986, em cooperação com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Tinha por objetivo apoiar projetos de identificação, registro, análise e documentação fotográfica de acervos pertencentes a monumentos tombados (VITAE, 1998).

A ação de apoio a museus teve um total de 227 projetos selecionados de 1994 a 2004. O regulamento de seleção incluía acervos de diferentes tipologias (artes plásticas, histórico, antropológico, ciências biológicas e exatas) e vínculos institucionais (federais, estaduais, municipais, universitários, eclesiásticos e comunitários). Os objetivos dessas iniciativas eram voltados para ações de 1. preservação – conservação e restauração, armazenamento e sistemas de segurança; 2. documentação museológica – inventários e estudos técnicos de acervos, programas de informatização de acervos e de ações museológicas; e 3. difusão – exposições de longa duração, educativos e de pesquisa de público.

Depoimentos enaltecendo a ação da Vitae na área museológica, feitos por gestores de museus públicos e privados, foram vastamente encontrados na coleta de dados. Dirigentes do Museu Lasar Segall, por exemplo, na capital paulista, declaram, em seu *website* institucional:

A Fundação Vitae concluiu suas atividades deixando um legado notável para os museus brasileiros. Seu mérito não se resumiu a beneficiar significativamente a estrutura das instituições museológicas do país – ocupando em grande parte o papel do Estado na manutenção das instituições culturais públicas –, mas consistiu ainda em aclimatar, em nosso meio profissional, os métodos de elaboração e desenvolvimento de projetos de

continuidade, com parâmetros claramente definidos de eficácia técnica, cultural e social⁵.

A respeito do legado da Fundação para o setor no país, Mônica Xexéo, diretora do Museu Nacional de Belas Artes, declara: “A Vitae inspirou a estatais”, referindo-se às empresas de capital público ou misto, como a Petrobras, que se transformaram nos maiores patrocinadores da Cultura, via Lei Federal de Incentivo ao setor – a Lei Rouanet, em especial a partir da segunda metade dos anos 2000. Não por coincidência, mesmo período em que a Fundação encerrou suas atividades. Para ela, a entidade atuava “no coração do museu, em setores invisíveis, mas fundamentais⁶”.

A metodologia de seleção de projetos da instituição, segundo seus relatórios anuais, era realizada em duas etapas. A primeira, envolvia “chamada de projetos dirigida a museus de todo o país” e pré-seleção das melhores propostas. Na segunda fase, os projetos eram efetivamente contemplados. Sobre os procedimentos de fiscalização e financiamento, Vera Tostes, diretora do Museu Histórico Nacional, relembra: “A Vitae não exigia publicidade e, como instituição privada, tinha burocracia mínima, embora a fiscalização fosse constante”. Três projetos do MHN foram financiados pela Vitae: em 1993, a reforma do laboratório de restauro de papel, depois a criação dos laboratório de cerâmica e madeira, e em 2004, a inauguração da exposição de carruagens: “Na pesquisa, descobrimos uma que foi de dom João VI, o que torna nossa coleção uma das mais valiosas do mundo⁷”.

No quadro abaixo, encontram-se os números fornecidos pela Vitae sobre projetos de museus contemplados de 1994 a 2004:

⁵ Disponível em: <<http://www.museusegall.org.br/mlsItem.asp?sSume=21&sItem=230>>. Data da consulta: 15.4.2012.

⁶ Disponível em: <<http://www.bemparana.com.br/noticia/2095/com-o-fim-da-vitae-museus-deverao-procurar-novos-financiadores>>. Consulta em 9.5.2012.

⁷ Idem.

Perfis/Ano	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Caracterização do acervo/Tipologia										
Artes plásticas	9	7	8	7	7	15	13	16	10	9
Histórico	3	4	4	4	6	12	12	12	21	21
Antropológico	2	2	6	5	6	5	6	6	3	6
Científico	1	1	2	2	3	4	3	5	4	5
Vinculação institucional										
Federal	6	4	6	5	9	12	11	9	13	10
Estadual	4	5	4	2	2	9	4	10	6	11
Municipal	0	2	2	3	4	5	5	7	6	9
Privada	4	0	2	3	3	7	9	4	5	4
Universitária	1	3	6	5	4	3	5	9	8	7
Objetivo do projeto										
Preservação	9	11	14	15	13	25	19	19	26	28
Documentação	1	1	2	2	5	4	7	8	6	6
Comunicação/Difusão	5	2	4	1	4	7	8	12	6	7
Total de projetos aprovados: 277	15	14	20	18	22	36	34	39	38	41

Fonte: dos autores.

É interessante notar, nos dados destacados em negrito, que houve um aumento concomitante significativo de projetos aprovados com o perfil tipológico “histórico” e com o objetivo de “preservação”, nas duas últimas edições de processo seletivo da Fundação: a nona, 1992/3, e a décima, 1993/4.

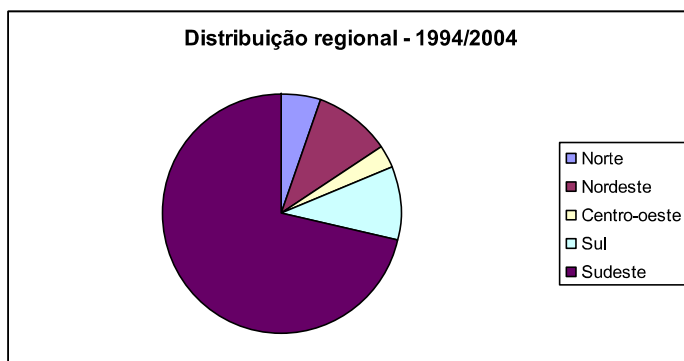
Esses dados parecem refletir uma sintonia de parte do Programa com uma das correntes discursivas mais fortes e longevas de pensamento brasileiro sobre Patrimônio Cultural, geradora da política de “pedra e cal” e encabeçada por Rodrigo de Melo Franco, para quem era necessário “reconstituir o fio da tradição, a memória da nação expressa nos bens patrimoniais (...) [como] objetos e monumentos associados ao passado, (...) documentos da identidade da nação”. Pelo perigo de desaparecimento e destruição desses símbolos históricos, a missão do Sphan, posteriormente transformado em Iphan, era civilizatória: educar os cidadãos sobre o valor dos monumentos, tombá-los e deter o processo de destruição do patrimônio. Já para Aloísio Magalhães, defensor de outra corrente de atuação do Estado, existia no Brasil várias tradições e patrimônios, que não se restringiam aos monumentos, “mas também a objetos, espaços, atividades – patrimônio imaterial ou intangível” (OLIVEIRA, 2009). Essa segunda acepção, no entanto, não aparece registrada em nenhum dos relatórios da Vitae consultados até o momento, evidenciando a tendência da instituição em compreender “patrimônio cultural” segundo os preceitos de “pedra e cal”.

A ênfase na preservação e na “materialidade” e/ou “monumentalidade” da história esteve também presente no “Programa de Inventário de Bens Móveis e Integrados”, cujos projetos envolviam “identificação, registro fotográfico e análise histórica e estilística de acervos pertencentes a monumentos tombados, tais como retáculos, pinturas, imaginária, mobiliário, prataria e ornamentação” e até 2004, foram inventariados “cerca de 64.800 bens pertencentes a monumentos históricos” (VITAE, 2004). Essa escolha remete a questões levantadas pelo antropólogo Luiz de Castro Faria, como, por exemplo, a falta de critério no uso do termo “monumento” em documentos oficiais do país que tratavam sobre patrimônio cultural, desde a primeira metade do século XX. Membro do Conselho Consultivo do Patrimônio⁸ de 1958 a 1966, o autor pontua que utilizava-se o termo “como se seu significado estivesse claro e fosse sempre o mesmo, enquanto podemos usar a palavra para designar coisas muito diferentes (...)”. De forma mais ampla, detecta, na verdade, uma constante “ausência de problematização sobre o que seria o patrimônio histórico e artístico nacional” e afirma haver enfrentado reiteradamente “a dificuldade prática de propor a preservação de qualquer coisa que não se referisse a barroco e a colonial, com suas igrejas e santos tidos como sinônimo do verdadeiro ‘patrimônio’” (FARIA, 1995). É interessante recuperar, a partir desse testemunho, o dado também divulgado pelos relatórios de atividades da Fundação, de que os bens inventariados com apoio do Programa além de “pertencentes a monumentos históricos”, eram, em sua grande maioria, “do período colonial” [grifo nosso].

A constatação acima pode levar a um precipitado diagnóstico de falta de sintonia da Fundação com as diretrizes do Ministério da Cultura da gestão Gilberto Gil, a partir de 2003, quando houve uma reversão não somente da visão de Cultura, mas também da patrimonial, alçando a categoria de “patrimônio imaterial” a um inédito protagonismo nos objetivos das políticas públicas para o setor. Mas é preciso ponderar que, o período de 2003 a 2005, ano de finalização das atividades da Vitae no país, foi extremamente curto para qualquer transformação nas linhas de atuação da entidade, sobretudo por sua finalização já ser previamente planejada e anunciada.

⁸ “O Conselho Consultivo era presidido por Franco de Andrade, diretor do SPHAN, sendo composto pelos diretores de museus nacionais e por dez membros de mandatos vitalícios e função não-remunerada, nomeados pelo presidente da República. Integrado por intelectuais notáveis, literatos e especialistas (historiadores, arquitetos, etnólogos, juristas etc.), sua composição foi sempre bastante heterogênea.” SIMÃO, Lucieni de Menezes. Elos do patrimônio: Luiz de Castro Faria e a preservação dos monumentos arqueológicos no Brasil. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum., Belém, v. 4, n. 3, Dec. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222009000300005&lng=en&nrm=iso>, acesso em 03.05.2012.

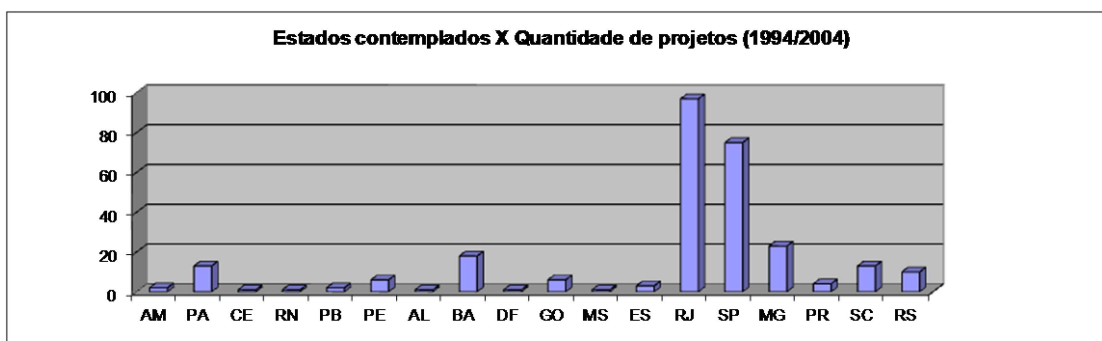
Um último ponto importante sobre as realizações da Fundação Vitae no setor museal, por meio do “Programa de Apoio a Museus”, refere-se à distribuição geográfica de projetos contemplados. Percebe-se, no gráfico abaixo, que abrange o período de 1994 a 2004, a total concentração de apoio a instituições localizadas na região Sudeste do país, em uma reprodução, que perdura até os dias atuais, da assimetria de investimentos no país, em quiçá todos os setores produtivos.



Fonte: dos autores.

Em um detalhamento maior dos dados, é apresentado o gráfico seguinte: dos 27 unidades federativas do país (26 estados e o Distrito Federal), 18 foram contemplados pelo menos uma vez (aprox. 66,7%), sendo que os estados das regiões Sudeste e Sul o foram em sua totalidade. Rio de Janeiro, São Paulo e, ainda que com menos destaque, Minas Gerais, tiveram números extremamente mais altos que os demais, a saber:

AM: 2; PA: 13; CE: 01; RN: 01; PB: 02; PE: 06; AL: 01; BA: 18; DF: 01; GO: 06; MS: 01; ES: 03; **RJ: 97; SP: 75, MG: 23**; PR: 04; SC: 13 e RS: 10 (VITAE, 2004).



Fonte: dos autores

As etapas seguintes da pesquisa se aprofundarão na análise dos dados aqui apresentados e daqueles ainda não sistematizados nesse artigo, como os referentes aos acordos de cooperação firmados pela Vitae com entidades internacionais de notório saber em determinadas áreas, como a norte-americana *Getty Conservation Institut*, que auxiliou instituições brasileiras, como o Museu de Arte Sacra da Bahia, em questões relativas a monitoramento ambiental e climatização, e o *International Centre for Study of Preservation and Restoration of Cultural Property*, via Conselho Britânico, para formação de profissionais brasileiros em preservação de bens culturais., entre outras ações e iniciativas.

As artes

O programa Bolsas Vitae de Artes, criado em 1987, concedeu, até 2004, 409 bolsas de criação e pesquisa, “a um custo total de US\$ 6.870 milhões” (VITAE, 2004). O processo seletivo era realizado por meio de inscrição de projetos de criação artística e de pesquisa histórica e/ou estética. Comissões compostas por especialistas em cada linguagem artística selecionavam os melhores trabalhos. As áreas se alternavam, ano a ano: o programa para Artes Visuais, Fotografia, Cinema e Vídeo, por exemplo, era realizado nos anos ímpares. Já o programa de Literatura, Música, Teatro e Dança, nos anos pares.

As bolsas tinham por objetivo conceder apoio ao artista, no valor de R\$ 3.500,00 mensais, por um período determinado (de seis meses a um ano), para que desenvolvesse a pesquisa e/ou a criação do seu trabalho. Os candidatos deveriam ter qualificação profissional na área para a qual se inscreviam e os projetos não poderiam estar vinculados a programas institucionais ou acadêmicos.

No quadro abaixo, pode-se visualizar a distribuição de bolsas ao longo de 17 edições do Programa, em diferentes linguagens artísticas, de 1987 a 2003 (VITAE, 2004):

Ano / Linguagem	Artes Visuais	Cinema / Vídeo	Dança	Fotografia	Literatura	Música	Teatro	Total
1	4	3	0	0	7	4	2	20
2	4	4	3	2	3	3	5	24
3	5	4	4	3	6	8	6	36
4	5	5	3	3	4	5	4	29
5	5	3	3	2	4	5	3	25
6	0	0	6	0	4	3	5	18
7	6	8	0	6	0	0	0	20
8	0	0	4	0	5	5	4	18
9	4	7	0	4	0	0	0	15
10	0	0	5	0	6	5	4	20
11	5	8	0	5	0	0	0	18
12	0	0	5	0	6	7	7	25
13	8	10	0	8	0	0	0	26
14	0	0	7	0	6	7	6	26
15	8	8	0	8	0	0	0	24
16	0	0	10	0	7	10	10	37
17	8	10	0	10	0	0	0	28
Total	62	70	50	51	58	62	56	409

Fonte: os autores

Verifica-se uma preponderância de projetos de Cinema e Vídeo aprovados no período (70), em oposição à área de menor número, Dança (50). O ano que acumulou maior número de projetos contemplados foi o de 2002 (37).

Um maior adensamento de coleta e análise de dados referentes a este Programa, como critérios de seleção e distribuição geográfica dos contemplados, está previsto para as próximas etapas. Também será desenvolvida uma avaliação histórico-filosófica da opção da Vitae por financiar artistas profissionais e os seus processos criativos.

Refletindo sobre um dos principais legados da Fundação Vitae, pode-se perceber como a sua experiência inspirou programas como o Rumos, do Itaú Cultural, criado em 1997 - quando o da Vitae completava 10 anos, portanto. Houve uma expansão de áreas contempladas pelo Rumos nesses 15 anos de existência, e aquelas semelhantes ao Programa Bolsas Vitae de Artes são “música”, “cinema e vídeo”, “dança”, “literatura”, “artes visuais” e “teatro”. Em “cinema e vídeo”, por exemplo, embora não seja utilizado termo “bolsa”, a noção de financiamento do processo de criação do artista é o mesmo, por meio das carteiras “desenvolvimento de projetos”, “produção”⁹ etc. Outro exemplo é a ação de patrocínio cultural da Petrobras, iniciada entre o final dos anos 90 e princípio dos 2000, com sistematização do seu escopo de ações e investimentos em 2003, quando foi criado o

⁹ Disponível em: < http://www.itaucultural.org.br/index.cfm?cd_pagina=2691>. Consulta feita em: 20.4.2012.

Programa Petrobras Cultural, com três linhas de atuação: Produção e Difusão, Preservação e Memória e Formação e Educação para as artes. Em ambas as instituições, o processo seletivo é feito por comissões de especialistas.

Com a pesquisa “A Fundação Vitae e seu legado para a Cultura brasileira”, pretende-se mapear e sistematizar as ações dessa instituição que protagonizou a execução de um trabalho ímpar no campo cultural brasileiro, preenchendo lacunas significativas marcadas pela ineficiência ou total ausência do Estado no setor.

Pela importância que representou para o país, seja no financiamento a projetos estruturantes, na construção de conceitos e diretrizes para políticas públicas ou no estímulo à produção de conhecimento, a história do Programa Vitae precisa ser recuperada e contada, assim como urge dimensionar e sistematizar o seu legado, de forma a otimizar o aproveitamento do que foi construído ao longo de duas décadas de atuação.

Bibliografia

CALABRE, Lia (org.). *Políticas culturais: diálogo indispensável*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

FARIA, Luiz de Castro. *Nacionalismo, nacionalismos – dualidade e polimorfia: à guisa de depoimento e reflexão*. In: CHUVA, Márcia (org). *A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 1996.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Cultura é patrimônio: um guia*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

REIS, Ana Carla Fonseca. *Marketing Cultural e financiamento da cultura: teoria e prática em um estudo internacional comparado*. São Paulo: Thomson Learning Edições, 2006.

SIMÃO, Lucieni de Menezes. *Elos do patrimônio: Luiz de Castro Faria e a preservação dos monumentos arqueológicos no Brasil*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum., Belém, v.4, n.3, Dec. 2009.

RELATÓRIO VITAE 1998

RELATÓRIO VITAE 2001

RELATÓRIO VITAE 2002

RELATÓRIO VITAE 2004

Websites

Itaú Cultural: < http://www.itaucultural.org.br/index.cfm?cd_pagina=2691>

Museu Lasar Segal: <<http://www.museusegall.org.br/mlsItem.asp?sSume=21&sItem=230>>

Portal Bem Paraná: < <http://www.bemparana.com.br/noticia/2095/com-o-fim-da-vitae-museus-deverao-procurar-novos-financiadores>>